

ATA NÚMERO 79/XII (2.ª)

Aos oito dias do mês de novembro de 2012, pelas catorze horas e dez minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 3, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Conselho de Administração da Lusa, Agência de Notícias de Portugal, SA, representado pelo respetivo Presidente, Amável Afonso Barata Camões, e pelo Secretário-Geral da empresa, José António Santos.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Deputados Inês de Medeiros (PS), do grupo parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, Rosa Arezes (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE).

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) começou por lembrar que a Comissão tem acompanhado a situação que a LUSA está a viver e os esforços que tem feito para enfrentar o momento difícil por que está a passar, através da contenção de custos enquanto mantém o funcionamento da rede. No entanto, para si são de espantar as declarações do Ministro Miguel Relvas quando afirma que o Governo tem feito uma gestão rigorosa dos órgãos de comunicação públicos ou com participação maioritária do Estado, esquecendo-se de que a função de um Ministro não é a de gerir mas, sim, a de permitir que haja condições para que as administrações nomeadas possam realizar o seu trabalho e mantendo o funcionamento adequado deste tipo de empresas.

Relacionou a definição do interesse público com a defesa da língua portuguesa, com a expressão da diáspora portuguesa mediante uma estratégia para a sua defesa. Recordou que ainda recentemente a administração da LUSA expressou a vontade própria de participar no esforço nacional de redução em 15% dos custos de funcionamento da empresa. No Orçamento do Estado está prevista, em vez disso, uma redução de 31% da sua indemnização compensatória. Perante

estes factos colocou questões sobre se a LUSA tinha sido avisada deste corte; se estaria a negociar um novo contrato de concessão; se o Governo teria definido o que pretende fazer com a LUSA; que alterações estariam previstas na rede; que representações seriam encerradas e com que consequências, quer a nível nacional quer a nível internacional. Questionou ainda se haveria uma outra forma de criar uma fonte de financiamento para a LUSA; se, estando a empresa a viver uma situação insustentável, sem dinheiro suficiente para o pagamento de salários ou para rescisões amigáveis, iria dispor de alguma margem de manobra para a prevista reestruturação; se os jornalistas requisitados iriam ou não ser abrangidos nessa reestruturação.

A Senhora Deputada Rosa Arezes (PSD) referiu-se ao *modus operandi* a implementar na empresa de forma a tornar a sua gestão mais racional e mais eficiente e salvaguardando a sua sustentabilidade económica e financeira a fim de preservar um serviço público cada vez mais dinâmico e de qualidade crescente. De seguida sublinhou que a LUSA não poderia ficar à margem dos sacrifícios pedidos a todos os portugueses, às empresas e a todos os organismos públicos, sendo urgente que o seu conselho de administração implementasse um plano de reestruturação. Nesse sentido, perguntou se a criação de sinergias entre a RTP e a LUSA poderia ser uma opção a valorizar; se estaria nos horizontes da administração procurar outros modelos de negócios que permitissem outro tipo de financiamento, independentemente da subvenção estatal; se os outros acionistas da LUSA seriam chamados a assumir um papel diferente daquele que tiveram nos últimos anos.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) referiu-se, em primeiro lugar, ao corte na subvenção estatal e no contrato-programa para os tempos futuros. Nesse sentido, perguntou como seria possível estabelecer um caminho de sustentabilidade; onde poderiam ser feitos alguns cortes; qual o custo dos correspondentes locais no orçamento da empresa; o que poderiam significar para a empresa as rescisões amigáveis e as eventuais reduções do quadro; qual a abertura dos trabalhadores da empresa para eventuais reduções salariais como forma de manutenção dos postos de trabalho e da operacionalidade da empresa; quais as perspetivas de mercado do *corporate tv* e de outros produtos de comercialização, como forma de rendimento para a empresa; e qual o papel dos outros acionistas na gestão da LUSA. Terminou salientando, do ponto de vista da informação, o papel cada vez mais valioso dos conteúdos vendidos pela LUSA em relação aos órgãos de comunicação social nacionais. Com este crescendo de importância, o valor da empresa

também LUSA sobe perante os outros operadores, mas – perguntou - como é que a Agência equaciona esta questão?

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) usou da palavra, sublinhando, em primeiro lugar, a falta de viabilidade material da LUSA para cumprir cabalmente as obrigações a ela atribuídas no contrato de concessão de serviço público, respeitando todas as circunstâncias para que os seus profissionais vissem garantidas condições de trabalho adequadas e os seus postos de trabalho salvaguardados. Perguntou o que significaria, em concreto, o corte anunciado de 31%, em concreto, uma vez que, em outubro passado, os profissionais da agência LUSA tinham referido que os cortes de 15% anunciados à época significariam dificuldades e exigências acrescidas mas sem provocar a eliminação de postos de trabalho. Perguntou o que iria acontecer devido aos cortes em 31%; em relação aos cortes na despesa, havidos nos últimos anos, qual a fatia correspondente ao corte nos salários e subsídios dos trabalhadores da empresa. Colocou ainda ao Presidente do Conselho de administração a questão acerca da diversificação dos modelos de negócio.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE), por sua vez, referiu a necessidade das escolhas em todos estes cortes mas que não pode haver jornalismo sem jornalistas. Constatou que substituir jornalistas por precários se afigura como muito grave e preocupante: a precarização das redações fragiliza o jornalismo, diminui a independência, autonomia e a capacidade de investigação, o que se reflete em fragilização para a própria democracia. Sustentou que a falta de uma proteção laboral adequada, independentemente da competência do profissional, torna-o sempre mais frágil aos interesses económicos e políticos. Sublinhou, também, que a LUSA não dispõe de jornalistas em excesso mas, sim, muitas avenças e trabalhos à peça. Eventuais cortes, levariam à falta de cobertura de uma parte significativa do território, com a conseqüente quebra noticiosa no tratamento de assuntos prementes. Perguntou, por isso, qual a dimensão do quadro de pessoal. Disse também que o administrador da empresa, Amável Camões, recebeu instruções do Governo para fazer cortes nos salários dos trabalhadores da empresa como se estes fossem funcionários públicos (como, por exemplo, nos seus subsídios); recentemente, recebeu instruções do Governo para os despedir como se fossem funcionários privados, com o argumento de que a empresa tem acionistas privados. Perguntou, para terminar, como é que o conselho de administração pode aceitar esta dualidade de critérios.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O Presidente do Conselho de Administração da Lusa, Agência de Notícias de Portugal, SA, respondeu individualmente às questões colocadas por cada um dos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Deputados Isabel Oneto (PS), Carla Rodrigues (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE).

De seguida, o Presidente do Conselho de Administração da Lusa, Agência de Notícias de Portugal, SA, respondeu globalmente às questões colocadas pelos Senhores Deputados.

De seguida, os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE) solicitaram breves esclarecimentos acerca das perguntas que ficaram por responder, após o que a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, mas que, na prática, configurava a pretensão de fazer uma intervenção fora do enquadramento da grelha de tempo já esgotada. O Senhor Presidente referiu que as últimas intervenções feitas por alguns Senhores Deputados não tiveram a ver com esclarecimentos adicionais a perguntas novas, mas sim com perguntas já colocadas anteriormente à entidade auditada, pelo que a Senhora Deputada Isabel Oneto, mostrando querer dar explicações acerca de perguntas que a si mesma não se dirigiram, não poderia obter o uso da palavra. Na sequência desta posição do Senhor Presidente, a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) solicitou que ficasse registada em ata o seu protesto na medida em que não lhe foi dado o direito de esclarecer, o direito de perguntar e o direito de interpelar.

Findas todas as intervenções, o Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação agradeceu a presença dos membros do Conselho de Administração da Lusa, Agência de Notícias de Portugal, SA, e deu a audição por encerrada.

A audição foi gravada. Existe assim o seu registo vídeo disponível para consulta que pode consultar em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Palácio de São Bento, 8 de novembro de 2012

O PRESIDENTE

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
Luís Pita Ameixa
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
João Lobo
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo
João Portugal
Lídia Bulcão
Manuel Seabra

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 29/01/2013.